



GÊNERO, SAÚDE E QUALIFICAÇÃO: condições de trabalho das mulheres da confecção

Reginaldo Guiraldelli¹

RESUMO: O presente estudo resulta de uma pesquisa realizada no município de Divinópolis, região centro-oeste do estado de Minas Gerais com mulheres trabalhadoras da indústria da confecção. O foco da análise esteve voltado para as condições de vida, trabalho e saúde das trabalhadoras que atuam numa área específica da confecção, a costura. Também enfatizamos as requisições e demandas desse setor produtivo no que tange a necessidade de qualificação profissional. Como recurso metodológico, adotamos a história oral de vida e utilizamos entrevistas com mulheres inseridas na indústria da confecção no âmbito formal e informal das relações de trabalho.

Palavras-chave: Gênero, Trabalho, Saúde.

ABSTRACTS: THIS study results from a survey conducted in the city of Divinópolis, central-western state of Minas Gerais with working women's clothing industry. The focus of the analysis was focused on the living conditions, work and health of workers who work in a specific area of cooking, sewing. We also stress the requests and demands of the productive sector regarding the need for qualification. As a methodological resource, we adopted the oral history of life and use interviews with women inserted in the garment industry in the formal and informal labor relations.

Keywords: Gender, Work, Health.

¹ Doutor. Universidade Federal de Brasília (UnB).E-mail: reginaldog@unb.br



1 INTRODUÇÃO: Breve histórico da indústria da confecção e a incorporação do trabalho feminino

A indústria do vestuário, conforme estudos de Garcia (1994), contempla diversos segmentos como jeans, roupas clássicas, íntimas, infantis, esportivas, sendo a principal e mais tradicional consumidora isolada do ramo têxtil, que tem uma importância histórica desde a Revolução Industrial desencadeada no século XVIII.

Com base nos estudos de Abreu (1986, p.94), até os anos de 1939 a indústria da confecção/vestuário se concentrava em Londres, baseada em pequenas fábricas, com poucas empresas grandes, sendo que as peças eram produzidas como um todo pela costureira, exigindo assim o uso de uma força de trabalho qualificada.

Em relação ao Brasil, a indústria têxtil teve origem em meados do século XIX com algumas unidades produtivas nos estados de Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro. De acordo com Abreu (1986), a indústria têxtil desempenhou um papel significativo na incipiente industrialização brasileira, pois o país internalizou as atividades tendo em vista sua diversificação com abundância de matérias-primas, de máquinas e disponibilidade de mão-de-obra com rendimentos menores, comparados aos países concorrentes, o que garantia significativa competitividade para a economia brasileira.

A indústria da confecção no Brasil é heterogênea, fragmentada e ainda se caracteriza, predominantemente, pela produção em pequenas e médias unidades, marcadas pela relação máquina de costura *versus* costureira, ou seja, ainda sob o modelo taylorista/fordista, com reduzido incremento tecnológico. Apropria-se, em sua maioria, do trabalho feminino e do regime de subcontratação já que a produção tem uma curta vida útil, por seguir tendências e oscilações da moda de uma determinada estação e época. Do conjunto de trabalhadores incorporados nesse ramo de atividade, as mulheres representam o maior contingente por atender aos anseios empresariais, pois executar tarefas no espaço domiciliar torna-se muitas vezes um “atrativo” para elas, no sentido de conciliar as funções da produção com as da reprodução, ou seja, cuidam da casa, dos filhos e do marido ao mesmo tempo em que se dedicam à atividade produtiva da costura.

No que se refere ao município de Divinópolis-MG, foco da pesquisa, cabe considerar que as principais condições que propiciaram o desenvolvimento econômico



local foram a introdução da ferrovia, a posição geográfica da cidade e os incentivos governamentais. No que tange ao ramo da confecção local, pode ser verificado seus indícios desde o início do século XX, visto que algumas atividades produtivas já eram tributadas, como as relacionadas às fábricas de tecidos, de chapéus e de calçados, mas o setor se expande em especial a partir dos anos 1980, no contexto da crise do fordismo e de adoção ao processo de reestruturação produtiva. O investimento no setor confeccionista representou, desde os anos 1980, uma alternativa importante para a economia local, tendo em vista a crise da siderurgia que gerou o fechamento de fábricas e demissão de trabalhadores que encontraram saída para o desemprego nas indústrias de confecção que foram surgindo.

Com isso, a força de trabalho em Divinópolis se redimensionou, visto que até os anos 1980 prevalecia a indústria siderúrgica que absorvia em sua maioria o contingente masculino de trabalhadores. Já na confecção vai ocorrer um movimento inverso, incorporando majoritariamente em suas atividades as mulheres para o trabalho, tanto no espaço fabril, quanto no âmbito domiciliar. De acordo com os apontamentos de Pedrosa (2005, p.74), enquanto na indústria metalúrgica havia uma ocupação de 5% do trabalho feminino, na indústria da confecção as mulheres representavam 70% da mão-de-obra total. Além do mais, vale ressaltar que na confecção os salários auferidos são inferiores ao da metalurgia, pois “[...] enquanto a maior parte dos trabalhadores metalúrgicos recebe entre 2 a 4 salários mínimos, a maioria dos trabalhadores da indústria de confecção recebe até 2 salários mínimos” (PEDROSA, 2005, p.79). Diante desse dado é possível considerar que ainda se perpetuam determinados nichos destinados aos homens e às mulheres no mundo do trabalho.

A indústria da confecção se afirma em Divinópolis num momento de adoção aos parâmetros da reestruturação produtiva, em que se incorpora formas de trabalho pautadas na flexibilização e, por isso, passa a combinar os processos taylorista/fordista de produção, juntamente com o padrão toyotista de flexibilidade. É imprescindível considerar que a indústria da confecção local se expande em um contexto de abertura econômica nos anos 1990, em pleno cenário da reestruturação produtiva e de adesão aos preceitos neoliberais e, por isso, tal setor econômico foi visceralmente atingido tendo em



vista a dificuldade concorrencial frente aos produtos estrangeiros de baixo preço que chegavam ao Brasil.

Com a disseminação de etapas da produção da confecção fora dos limites da fábrica, ou seja, com o estímulo da informalidade, em especial do trabalho em domicílio, executado, sobretudo pelas mulheres, tornou-se corriqueiro encontrar trabalhadoras pelos diversos bairros periféricos da cidade que possuem facções em suas residências e prestam serviços às empresas locais, pois “As estratégias de reestruturação, fundadas no trabalho domiciliar informal, têm encontrado ressonância entre as mulheres, diante da obrigatoriedade das tarefas domésticas e o cuidado com os filhos” (NEVES, 2006, p.260).

É importante considerar que as atividades terceirizadas e informais permanecem em situação de clandestinidade, o que dificulta um dado estimado e estatístico sobre essa realidade no município e demais localidades, em decorrência de sua invisibilidade. Ausentes dos registros oficiais e de proteção social e trabalhista, as mulheres inseridas nessa cadeia produtiva vivem e sobrevivem no anonimato, sob formas precárias de trabalho, criando estratégias cotidianas para manutenção de sua subsistência e de sua família. Em relação ao adoecimento e acidentes de trabalho nesses espaços de trabalho, há também uma ausência e carência de dados em decorrência da invisibilidade dessa atividade.

Observa-se também a não exigência de qualificação e escolaridade nesse ramo de atividade, pois o que se requisita é o conhecimento “prático” e as habilidades com as funções a serem executadas.

As empresas, além da não exigência de qualificação, também adotam como modelo de produção os preceitos tayloristas/fordistas, com a manutenção de prolongadas jornadas de trabalho, incentivos e prêmios por produtividade. A jornada de trabalho estipulada nas empresas de confecção consiste em 44 (quarenta e quatro) horas semanais, sendo permitido o acréscimo de horas extras conforme a necessidade da produção e aquecimento da economia. Segundo diversos estudos acerca do ramo da confecção, os principais momentos de pico e elevação da produtividade se concentram em datas comemorativas e festivas como o Natal e também a estação de inverno.



O que se nota na indústria da confecção é que os homens se apropriaram das atividades mecânicas, técnicas e qualificadas, enquanto as mulheres estão confinadas às tarefas manuais, simples e rotineiras.

Hirata (2002, p.211-212), ao tratar da indústria têxtil, enfatiza que,

[...] a desqualificação resultante das novas tecnologias leva à expulsão da mão-de-obra feminina, presente anteriormente em um certo número de postos qualificados; o surgimento de novas qualificações, ao contrário, torna efetiva a entrada dos homens. Observa-se aqui, uma nova segregação dos postos segundo a qualificação e uma mudança da divisão sexual do trabalho no sentido de uma polarização anteriormente inexistente entre postos desqualificados femininos e postos qualificados masculinos.

Em sua maioria, as atividades terceirizadas da costura e do acabamento são realizadas por facções, que são uma extensão da casa das costureiras, ou seja, as unidades produtivas passam a ser as residências das trabalhadoras, mesclando trabalho em domicílio com tarefas domésticas.

Já em relação ao trabalho nas empresas de confecção, em sua maioria as condições são degradantes, pois as trabalhadoras não podem sequer conversar com as demais colegas de seção e são, inclusive, controladas com as idas ao banheiro para satisfazerem suas necessidades fisiológicas, o que comprova formas de tratamento desumanas com tal segmento. Submetidas à tais prerrogativas determinadas pelo mundo do trabalho na atualidade, as trabalhadoras se encontram em profundo estado de precarização das relações de trabalho e da própria vida, o que as coloca em estado de instabilidade, inseguranças, incertezas e fragilização.

2 DESENVOLVIMENTO: As condições de trabalho e saúde das trabalhadoras da confecção

Conforme pesquisa realizada com as costureiras formais e informais no município de Divinópolis, por meio do enfoque metodológico da história oral e com o uso de entrevistas abertas, sendo entrevistadas 5 trabalhadoras fabris e 5 trabalhadoras domiciliares, identificamos que o trabalho domiciliar se torna uma das alternativas para as mulheres que não desejam sair de suas residências devido aos afazeres domésticos e o



cuidado dos filhos, além de obterem uma renda mensal superior aos rendimentos auferidos no trabalho regulamentado no espaço fabril. À mulher costureira domiciliar, ou também conhecida por faccionista, compete as atividades da confecção de roupas e as atribuições domésticas, as quais sustentam a divisão sexual do trabalho no espaço privado. Em muitos casos, a combinação das atividades produtivas e reprodutivas é preservada nos finais de semana, dificultando o acesso ao lazer, descanso e repouso dessas trabalhadoras, o que contribui para desencadear inúmeras doenças ocupacionais pelo desgaste e intensificação das extensas horas dedicadas ao trabalho. Esse prolongamento da jornada de trabalho, no que se refere à costura, ocorre pelo fato da remuneração ser obtida por peça, ou seja, quanto maior o número de peças produzidas, mais elevado será o rendimento mensal das costureiras.

O trabalho dessas mulheres e sua participação no processo produtivo se dão de forma individualizada, sem haver uma interlocução com os demais trabalhadores. Com isso, o que se constata é uma ausência de participação política e de união dessas trabalhadoras, o que provoca a fragmentação e fragilização desse segmento. São mulheres que vivem, cotidianamente, em estado de isolamento, silenciadas e sem representatividade. Como alternativa para saírem desse estado, poderiam criar campos de negociação, lutas, reivindicações e outros mecanismos de resistências.

No âmbito da confecção pode ser observado que essas resistências são, em sua maioria, individuais, isoladas, residuais, ou seja, as resistências ainda não representam um coletivo organizado dessas mulheres e do conjunto dos trabalhadores em prol de romper com as relações de dominação, opressão e exploração que vivenciam.

Sendo assim, é essencial pensar nas diversas formas de resistência no cotidiano de trabalho como mecanismo de superação das precárias condições de vida e trabalho, pois mesmo o capital elaborando suas engenhosas saídas para conter as pressões dos trabalhadores, tais manifestações contribuem para provocar espaços de confronto e possibilidade do novo.

Ao observarmos pela pesquisa realizada uma preponderância de mulheres em atividades não regulamentadas e “desqualificadas”, identificamos uma *feminização em ocupações precárias de trabalho*. Pelo que constatamos nesse percurso investigativo, a maioria das trabalhadoras da confecção não tiveram oportunidades para investir na



escolarização e nos demais níveis de qualificação profissional. Apenas uma das trabalhadoras entrevistadas possuía graduação em Pedagogia e optou pelo trabalho domiciliar na costura alegando que consegue ter melhores rendimentos nesse ramo de atividade do que atuando na área pedagógica. As demais entrevistadas não possuíam nem mesmo o ensino médio completo, observando a existência de uma baixa escolaridade dessas trabalhadoras. Vale destacar que algumas das costureiras realizaram cursos profissionalizantes, mas de forma eventual, não buscando aperfeiçoamentos de forma contínua.

Mas o que merece ser destacado, para não cair no risco de culpabilização das mulheres pelo pouco acesso à escola e qualificação, é que sabendo que o ramo da confecção não exige mão-de-obra qualificada e escolarizada para o exercício das atividades, essas trabalhadoras não se sentem estimuladas à busca pelo aperfeiçoamento profissional, pois ocupam espaços nas tarefas rotineiras, repetitivas e desvalorizadas.

Mesmo no trabalho regulamentado que ocorre no interior da fábrica, observa-se que as trabalhadoras também possuem baixo nível de escolaridade e qualificação profissional, o que faz demarcar algumas especificidades desse setor produtivo.

Em relação à sindicalização e tendo em vista a expansão do trabalho informal e domiciliar no ramo da confecção, verifica-se certa dificuldade de reconhecimento profissional e de incorporação sindical das trabalhadoras da confecção, pelo fato do não reconhecimento pelos organismos sindicais dos trabalhadores informais.

Não obstante, percebemos que em alguns momentos as refrações da questão social na vida das trabalhadoras aparecem como situações isoladas, reduzidas, fragmentadas e descontextualizadas da cena política, econômica, cultural, ideológica e social da realidade.

Tendo em vista as condições precarizadas de trabalho em que vivem as mulheres da confecção, observa-se, a partir das entrevistas, uma série de comprometimentos à saúde das trabalhadoras. Tal situação é observada tanto no espaço fabril, quanto no trabalho em domicílio. As entrevistadas explicitam os diversos problemas relacionados à saúde, em especial as dores na coluna em detrimento da má postura e da



necessidade de estarem sempre sentadas em frente às máquinas para executarem suas funções.

No mais, as crises recorrentes na sociedade do trabalho contribuem para intimidar, controlar e intensificar a exploração no trabalho por meio do aumento de produtividade, provocando um desgaste físico e mental no trabalhador, que mesmo em processo de adoecimento evita realizar tratamentos médicos para não comprometer o trabalho.

A parte onde se predomina a atividade taylorizada, marcada pelas piores condições de trabalho é a que concentra o maior contingente de mulheres, ou seja, a costura, e tais atividades na confecção são marcadas por movimentos repetitivos, monótonos, intensos e rígido controle da gerência, que mesmo não estando no espaço fabril, há o controle no sentido do tempo e quantidade do que será produzido para ser entregue no prazo determinado. Esse tipo de trabalho tem provocado complicações para a saúde das trabalhadoras e desencadeado doenças e lesões como a Lesão por Esforço Repetitivo (LER) ou Distúrbio Osteomuscular Relacionados ao Trabalho (DORT), que estão relacionadas aos processos de trabalho e são resultantes de atividades excessivas, repetitivas, estresse, má postura, intensificação dos ritmos, racionalização, polivalência e busca por excelência, que se tornam mais conhecidas a partir da adoção da informatização. Tal acometimento responde pela desmotivação, esgotamento, cansaço mental e físico.

Segundo estudos de Hirata (1998), além das LER's, os trabalhadores estão suscetíveis a outras patologias no ambiente do trabalho, como as descompensações psíquicas e o isolamento social, provocado pela telemática.

Outros fatores que contribuem para o surgimento das doenças ocupacionais são a falta de pausas para descanso, o curto intervalo de refeições e idas ao banheiro, as extensas jornadas de trabalho adicionadas às horas extras, além das condições do ambiente de trabalho que também contribui para afetar a saúde do trabalhador, diante das más condições de ventilação, os ruídos existentes, precária iluminação, umidade, mobiliário desconfortável, maquinário inadequado, dentre outros.

Contudo, o controle rigoroso dos processos de produção (controle do tempo, do resultado, do volume das atividades realizadas, do conteúdo e do comportamento), a



postura estática e a preocupação com a produtividade e a garantia e manutenção do emprego diante das inseguranças atuais, afeta a saúde física e psicológica dos trabalhadores que se tornam descartáveis, tendo em vista um momento de desumanização do trabalho em prol da lógica acumulativa do capital.

Ao abordar o referido assunto, Neves (2000, p.181) argumenta que,

A exigência do ritmo é percebida pelas operárias como uma cobrança contínua da produção, que vem associada a ideia tanto do desgaste físico, gerador de dor e de cansaço constante, como de um sofrer psíquico que pode ser traduzido pelo sentimento de indignação, revolta, medo e frustração. Sem pausa para descanso, presas ao ritmo da esteira, à exigência da produção por peça/hora e a diferentes formas de cargas de trabalho, as operárias sofrem um desgaste físico e emocional.

Ao apresentar as condições de saúde do trabalhador do ramo da confecção, Amorim (2003, p.117) aponta alguns agravantes mais comuns na vida destas trabalhadoras, como a perda gradativa da visão, insuficiência respiratória em decorrência do pó existente nas roupas, alcoolismo, dores nas pernas, problemas de circulação e reumatismo oriundos da ausência de movimentos. A autora relata que o adoecimento no trabalho pelas mulheres da confecção remete a um sentimento de fracasso e perda de reconhecimento social. A perda da saúde e do trabalho para estas mulheres representam um sentimento de isolamento e de fragilidade, pois na sociedade capitalista os indivíduos são reconhecidos a partir do momento em que se tornam produtivos e atendem as prerrogativas do sistema regulador da vida social.

3 CONCLUSÃO

Diante das condições determinadas pela atual configuração do mundo do trabalho, que exige dos trabalhadores pensarem estratégias de sobrevivência diante de um quadro de precarização, instabilidade e adoecimento na esfera produtiva, é importante frisar que retratar as manifestações da questão social em um cenário sócio-histórico de produção e reprodução das relações sociais é demarcá-la no modo de produção capitalista, em que os conflitos esboçados entre capital *versus* trabalho se evidenciam frente ao acirramento das desigualdades sociais.



Sendo assim, para vislumbrar outras formas de sociabilidade torna-se necessário romper com conformismos, com a fetichização e reificação das relações sociais e buscar ações coletivas e conscientes para enfrentar as adversidades presentes na vida em sociedade. Porém, o maior desafio para as trabalhadoras que se encontram dissolvidas pelos diversos territórios é o reconhecimento de suas situações vivenciadas como questões coletivas, que na atual conjuntura se transfiguram como questões isoladas e individualizadas. Para tanto, torna-se fundamental o fortalecimento e reconhecimento do sujeito coletivo, tendo em vista um projeto mais amplo que se pautar na defesa da liberdade, igualdade e justiça. Nesse sentido, é possível se pensar em *ir para além dos direitos sociais*, o que significa ir também *para além das políticas sociais*, compreendidas como estratégias de contenção da questão social em face da pressão dos trabalhadores. Pensar em tais possibilidades é acreditar no *dever* histórico, sedimentado de lutas, conquistas e resistências.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alice Rangel de Paiva. **O avesso da moda**: trabalho a domicílio na indústria de confecção. São Paulo: Hucitec, 1986.

AMORIM, Elaine Regina Aguiar. **No limite da precarização?** terceirização e trabalho feminino na indústria da confecção. 2003. 222 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

GARCIA, Odair Lopes. **Avaliação da competitividade da indústria têxtil brasileira**. 1994. 213f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.17/18, p.139-156, 2002.

_____. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. **Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho**, São Paulo, ano 4, n.7, p.5-27, 1998.

NEVES, Magda de Almeida. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Trabalho e gênero**: mudanças, permanências e desafios. Campinas: ABEP:NEPO:UNICAMP, Ed. 34, 2000. p.171-185.



_____. Trabalho e gênero: permanências e desafios. **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v.9, n.2, p.257-265, jul./dez. 2006.

PEDROSA, Célia Maria. **Limites e potencialidades do desenvolvimento local: a indústria da confecção de Divinópolis**. 2005. 177f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica, Belo Horizonte, 2005.